

Morfologia Construcional e alguns desafios para a análise de dados históricos da língua portuguesa

Constructional Morphology and some challenges to the analysis of Historical Portuguese Language Data

Natival Almeida Simões Neto*

RESUMO: A Morfologia Construcional é um modelo proposto pelo linguista holandês Geert Booij (2010, 2014), e que tem despontado nas análises morfológicas, dentro de uma perspectiva semântica que se aproxima de alguns pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva. Autores brasileiros, como Soledade (2013) e Gonçalves e Almeida (2014), fizeram aplicações do modelo boojiano para a língua portuguesa, salientando que, apesar de alguns avanços, há questões que precisam ser aprimoradas. O artigo que ora se apresenta segue os passos dessas leituras críticas anteriores, a que se somam as observações de Simões Neto e Soledade (2015) e Soledade (2017a, 2017b, ambos no prelo), reforçando que há muitos desafios no tratamento de dados do português, sobretudo nas questões relativas à Linguística Histórica, tanto no sentido da mudança linguística, quanto para a descrição/interpretação do português arcaico.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria linguística. Morfologia Construcional. Linguística Cognitiva. Linguística Histórica.

ABSTRACT: The Constructional Morphology is a model proposed by the Dutch linguist Geert Booij (2010, 2014), which has emerged in the morphological analysis, within a semantic perspective that approaches some theoretical assumptions of Cognitive Linguistics. Brazilian authors, as Soledade (2013) and Gonçalves and Almeida (2014), made applications of boojian model for the Portuguese, pointing out that, despite some progress, there are issues that need to be improved. The article presented here follows in the methods of these criticisms previous readings, to which should be added the observations of Simões Neto and Soledade (2015), and Soledade (2017a, 2017b, to appear), highlighting that there are many challenges in the treatment of Portuguese data, especially in matters related to Historical Linguistics, in the sense of linguistic change, and in the sense of the description/interpretation of archaic Portuguese.

KEYWORDS: Linguistic Theory. Constructional Morphology. Cognitive Linguistics. Historical Linguistics.

1. Introdução

Agarre um linguista estrangeiro, seja europeu, seja norte-americano, de preferência desconhecido entre nós. Asiáticos, só se publicarem em inglês. Primeiro, leia extensivamente seus textos. Em seguida, apresente-se em nossos seminários como introdutor da teoria respectiva. Depois, traduza e publique esses textos, chame repetidas vezes seu autor para participar em congressos, bancas de tese e coisas do estilo. Oriente seus pós-graduandos de acordo com o pensamento dele. Se possível, meta-o em algum projeto. Você

*Mestre em Linguística Histórica pelo Programa de pós-graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia.

atingirá a perfeição quando publicar algum texto com ele. Mesmo sem esse requisito, passe na secretaria e pegue sua carteirinha de linguista brasileiro. (CASTILHO, 2011, p. 36)

O excerto de Castilho (2011), aqui em um caráter quase epigráfico, reflete a necessidade de se construir uma Linguística brasileira que vá além de aplicações acríticas e dogmáticas de teorias que emergem em centros de pesquisa norte-americanos e europeus. Esse é o princípio norteador deste artigo, que se compromete a fazer uma revisão crítica da Morfologia Construcional, um modelo de descrição morfológica que vem sendo elaborado por Geert Booij, atualmente professor na Universidade de Leiden, na Holanda.

Este artigo¹ utiliza algumas aplicações da Morfologia Construcional para a língua portuguesa (LP), sobretudo a do período arcaico (séculos XII-XVI), para levantar alguns problemas de natureza teórica que impactam na descrição conforme o modelo booijiano. Esses problemas se relacionam com as propriedades essenciais assumidas nesse enquadre teórico, por isso faz-se necessário que essas sejam revistas ou, pelo menos, relativizadas, a fim de abranger as particularidades das várias línguas e dar conta dos desafios de uma abordagem diacrônica nos estudos morfológicos.

O presente estudo se divide da seguinte maneira: na seção 2, fala-se dos pressupostos teóricos da Morfologia Construcional. A partir daí, as seções 3, 4 e 5 destacam as propriedades essenciais desse modelo e, com base nessas, são feitas aplicações com dados da LP, em uma perspectiva histórica. Em seguida, na seção 6, são feitas as considerações finais, seguidas das referências.

2. Breves palavras sobre Morfologia Construcional

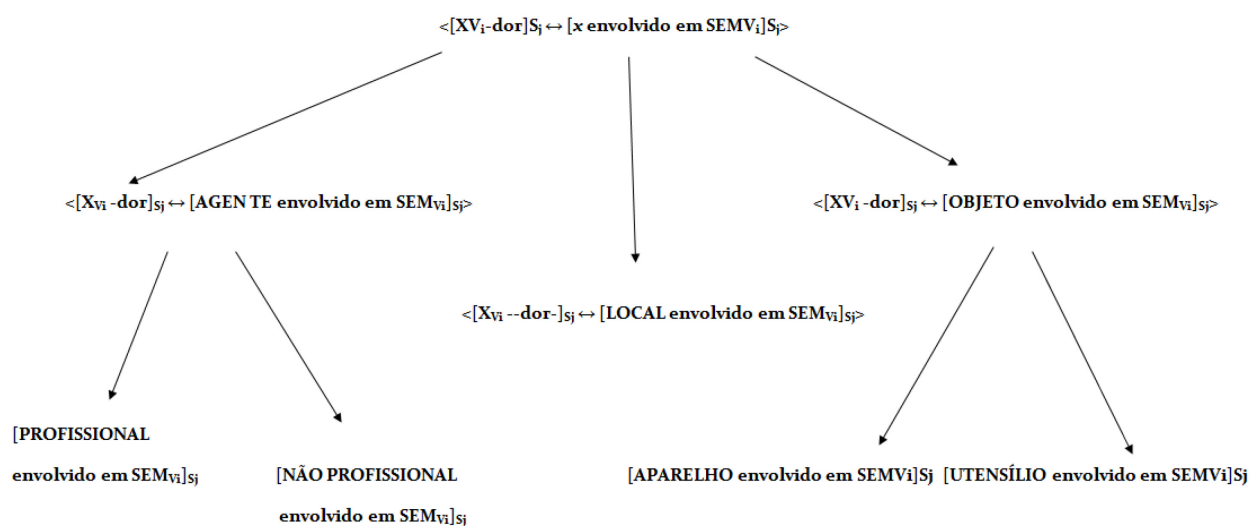
O modelo da Morfologia Construcional (MC) vem sendo desenvolvido por Geert Booij desde 2005, mas tem seu ápice em Booij (2010), com a publicação do livro *Constructional Morphology*. Nessa perspectiva, tem sido proposta uma organização do léxico mediada por relações semânticas e aspectos ligados ao uso, aproximando-se dos pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva. A MC dá destaque à polissemia nas construções morfológicas, no entanto, nas formulações de Booij, a polissemia não é vista como uma propriedade exclusiva

¹ Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado “Um enfoque construcional sobre as formações *X-eir-*: da origem latina ao português arcaico”, defendida, em 29 de abril de 2016, no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia. A dissertação foi desenvolvida com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Ver Simões Neto (2016) na seção de referências.

da palavra, mas como um “fenômeno cognitivo capaz de integrar uma rede de subsquemas construcionais em torno de um mesmo elemento formativo” (SOLEDADE, 2013, p. 83).

Em termos menos específicos e mais aplicados, pode-se dizer que a polissemia pode atuar em grupos de palavras formadas com um mesmo elemento, exigindo que esses sejam semanticamente categorizados e agrupados em *esquemas* e, no interior desses, pode haver subespecificações semânticas, que são representadas por *subesquemas*. Assim, diante de um grupo de palavras formadas pelo esquema *X-dor*, como *cobrador*, *tatuador*, *varredor*, *agitador*, *fraudador*, *destruidor*, *ventilador*, *liquidificador*, *secador*, *pregador*, *cortador*, *borrifador*, *provador*, *corredor*, é possível depreender esquemas morfológicos de agente (*cobrador*, *tatuador*, *varredor*, *agitador*, *fraudador*, *destruidor*), objeto (*ventilador*, *liquidificador*, *secador*, *pregador*, *cortador*, *borrifador*) e local (*provador*, *corredor*) e, mesmo nesses grupos, podem-se definir subgrupos, em que são especificados os agentes profissionais (*cobrador*, *tatuador*, *varredor*) e os não profissionais (*agitador*, *fraudador*, *destruidor*), por exemplo. Ou ainda, objeto aparelho (*ventilador*, *liquidificador*, *secador*) e objeto utensílio (*pregador*, *borrifador*, *cortador*). A representação esquemática para essas construções está na Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Exemplos de construções X-dor.



Fonte: elaborada pelo autor

A proposta de um léxico estruturado por redes hierárquicas é uma marca do modelo de Booij (2010, 2014). Essa estrutura se torna visível pelas redes ativadas mediante os usos dos esquemas morfológicos, conceito basilar que diz respeito à generalização feita sobre um conjunto de palavras complexas existentes, permitindo ao falante interpretar e criar novos itens

lexicais. Esses esquemas, segundo Booij (2010, 2014), não devem ser concebidos como formalizações que permitam empreender representações lexicais econômicas, como as regras de redundância no modelo da Teoria da Entrada Empobrecida². Ao contrário, os esquemas têm duas funções básicas: (i) motivam a existência de um conjunto relevante de palavras complexas; (ii) preveem como esse conjunto pode ser expandido por meio de uma rede de relações hierárquicas.

Os esquemas morfológicos são representados por meio de estruturas arbóreas em que há esquemas dominantes que tendem a apresentar maior generalização que os esquemas dominados, que, dentro dessa visão, são chamados de subesquemas. Levando-se em conta que o modelo proposto por Booij (2010) se orienta para uma centralidade do fator semântico, cabe destacar que a polissemia, advinda de metáfora, metonímia, analogia ou qualquer outro mecanismo cognitivo, pode atuar decisivamente sobre um esquema dominante, exigindo dele subespecificações que deverão se tornar mais claras por meio dos subesquemas, como se viu na Figura 1, com as construções *X-dor*.

O esquema morfológico proposto por Booij (2010, 2014) contempla um pareamento entre **forma, significado e função**, informações previstas na noção de construção, que o autor herda da *Gramática das Construções*, proposta por Goldberg (1995). Essa constatação aponta para uma importante diferença em relação ao modelo gerativista de Aronoff, que se norteava pelo conceito de regra de formação de palavras (RFP): a explicitação de uma contraparte semântica. Essa diferença pode ser observada em (01), com a formulação de uma RFP aronoffiana, e, em (02), com a formulação de um esquema morfológico booijiano de sufixação.

- (01) $[X]_a \rightarrow [[X]_a Y]_b$
 (02) $\langle [X_i Y]_k \leftrightarrow [\text{significado de } Y \text{ em uma relação } R \text{ com SEM } X_i]_k \rangle$

Na MC, dizer que uma palavra complexa é motivada por um esquema de sufixação, como em (02), é entender que existe uma relação não arbitrária entre a forma e o significado e tanto um como o outro devem estar previstos no esquema. Nos termos de Booij (2010), sugere-se que deva haver uma *unificação*³ entre a palavra complexa e o esquema que o motiva. Quando

² Na Teoria da Entrada Empobrecida, somente as palavras simples e algumas idiossincrasias são plenamente especificadas e fixadas no léxico. As palavras derivadas, então, são sempre geradas *online* e remetem sempre às regras que as geram ou aos esquemas que as instanciam. Essa hipótese é defendida por Pinker (1999).

³ Gonçalves e Almeida (2014) preferem o termo *compatibilização*.

a palavra complexa herda do esquema as suas propriedades formais, funcionais e semânticas, Booij (2010) propõe que haja uma herança padrão. Soledade (2013, p. 85), leitora de Booij (2010), no entanto, compreende que, para além dessas motivações fornecidas pelo esquema, “há de se considerar a questão da herança semântica que a palavra complexa pode preservar em relação à palavra base”. Para esses casos, Booij (2014) propõe que haja múltipla herança.

Na formulação dos esquemas, Booij (2010) lista características imprescindíveis das quais um esquema não deve abrir mão: (i) a herança total do corpo fônico das construções; (ii) a explicitação da categoria lexical do *output*; (iii) as propriedades semânticas. Note-se que essas propriedades estão relacionadas à **forma, função e significado**, tudo aquilo que Booij entende que está pareado na noção de construção.

A fim de destrinchar essas propriedades essenciais, é necessário que sejam retomadas algumas considerações feitas por Simões Neto e Soledade (2015). Nesse ensejo, destacam-se os problemas do modelo boojiano na compreensão de Soledade (2017a). Nesses trabalhos, os autores aplicaram as proposições de Booij (2010, 2014) a alguns dados de língua portuguesa, sobretudo do período arcaico, destacando eventuais problemas de aplicação desses postulados.

3. Primeira propriedade essencial: a herança total do corpo fônico

Na concepção do modelo boojiano, a fonologia cumpre um papel importante, mas coadjuvante: é por meio de recursos fonológicos que palavras são materializadas simbolicamente. Entretanto, dentro de uma proposta comprometida com a Teoria da Entrada Plena⁴ e que, para além de outras concepções, assume o léxico por meio de conhecimento, reconhecimento e experiência, cabe dar ao nível fonológico um papel de maior importância no estabelecimento de relações semântico-lexicais entre palavras.

Saussure, ao tratar das relações associativas, já considerava que as palavras podem ser associadas mentalmente por semelhanças fonológicas. Nesse sentido, não há razões para que o modelo boojiano, estado na Teoria da Entrada Plena (JACKENFOFF, 1975), negue essa possibilidade. Dessa maneira, um falante do português pode, mediante a sua experiência

⁴ A Teoria da Entrada Plena é uma hipótese lexicalista defendida por Jackendoff (1975, 1997). Nessa formulação, tanto as palavras simples quanto as palavras derivadas são plenamente especificadas e relacionadas no léxico, por meio de regras/esquemas, a depender do enquadre teórico. Jackendoff acredita que assumir que as palavras derivadas não possam ser armazenadas e especificadas no léxico é não levar em conta a vastidão da memória humana.

sociocultural, pela existência de uma sequência fônica semelhante, associar, equivocadamente, *fulminante* [fumi'ngɾi] a *fumo* ['fumu]⁵ e colocar essas duas palavras em uma relação de *input* e *output*. Lançando um olhar mais profícuo sobre a derivação, com enfoque para as relações entre palavra primitiva e palavra derivada, pode-se admitir que, quanto mais aproximação/preservação fonológica houver entre elas, mais fácil será o reconhecimento de relações lexicais por parte dos usuários da língua, permitindo-lhes uma sistematização mais parcimoniosa nos seus léxicos mentais. Diante disso, sugere-se que um falante possa, facilmente, estabelecer a relação entre *família* e *familiar*, mas o mesmo talvez não se possa dizer de um par como *cabelo* e *capilar*, que se lança como exemplo para o fato de o fenômeno da alomorfia ser um provável entrave para a assunção da herança do corpo fônico como uma propriedade imprescindível nesse modelo.

Dentro do quadro estruturalista, autores como Câmara Jr. (1970, 1975) e Elson e Pickett (1973) estabeleceram como alomorfes as variantes fônicas que possuem um mesmo valor linguístico, tenham uma mesma origem e estejam em distribuição complementar. Esses autores refletiram mais sobre o quadro flexional, em que morfemas como *-rá-* e *-re-*, em *cantará* e *cantaremos*, podem ser ditos alomorfes. Soledade (2005) reflete sobre um quadro derivacional, admitindo que sufixos como *-vel* e *-bil*, em *possível* e *possibilidade*, por serem oriundos do latim *-bīlis*, sejam considerados também casos de alomorfia, pois atendem aos mesmos princípios.

A alomorfia, por se caracterizar como alteração fônica de uma estrutura mórfica que gera variações no sistema linguístico, em tese, compromete a herança total do corpo fônico, chegando, até mesmo, a impossibilitar, por parte dos falantes, a relação entre certas palavras no componente lexical. Booij (2014) sugere que, em certos casos, a alomorfia, em nada, impede o falante de estabelecer relações lexicais que o ajudem na sua compreensão e na diminuição de informações independentes. Refletindo sobre a alomorfia da base, Booij (2014, p. 24) dá exemplos com palavras do holandês e do italiano, adaptados e traduzidos por Simões Neto e Soledade (2015) e aqui reproduzidos, respectivamente, em (03) e (04).

- (03) *aanva*[ɲ] 'begin' (*início*)
aanva[ɲk]-*elijk* 'initially' (*inicialmente*)
toega[ɲ] 'access' (*acesso*)

⁵ Esse exemplo decorre de uma situação presenciada pelo pesquisador. Na ocasião, uma pessoa falava sobre o falecimento de um parente e disse: "Ele morreu de infarto *fulminante*. A gente não entendeu nada, porque ele nem *fumava*.". É preciso considerar questões de variação fonológica, sobretudo no que toca à realização de *fulminante*.

toega[ŋk]-elijk ‘accessible’ (*acessível*)
 afha[ŋ] ‘to depend’ (*depende*)
 afha[ŋk]-elijk ‘dependent’ (*dependente*)

- (04) ami[k]-o - ami[tš]-i ‘friend(s)’ (*amigo*)
 ami[tš]-izia ‘friendship’ (*amizade*)
 mendi[k]-o - mendi[k]-i ‘mendicant(s)’ (*mendigo*)
 mendi[tš]-izia ‘mendicity’ (*mendicidade*)

Com as palavras em (03), Booij (2014) sinaliza que, nas derivações com o sufixo holandês *-elijk*, há uma variação regular no corpo fônico da base, que pode ser considerada uma alomorfa razoável, em que todas as bases que terminam com o fonema /ŋ/, na derivação com *-elijk*, têm o fonema /k/ agregado a elas. Já com as palavras em (04), derivadas com o sufixo *-izia* do italiano, o autor destaca o fato de as bases sofrerem uma alteração previsível, com o fonema /k/ passando a /tš/. Essas alterações, no entanto, não impedem que relações lexicais entre *input* e *output* sejam estabelecidas. Simões Neto e Soledade (2015) destacaram relações desse tipo, com os exemplos da LP, transcritos em (05) e (06).

- (05) coleção – coleccionar
 infecção – infeccionar
 seleção – selecionar

- (06) árvore – arbóreo
 lágrima – lacrimal
 vidro – vítral

A partir das palavras em (05), Simões Neto e Soledade (2015) mostram que, na formação de alguns verbos em *-ar*, palavras derivadas com o sufixo *-ção* (do latim *-tĭon, ōnis*) que sirvam de *input* tendem a retomar, em parte, sua forma etimológica. No primeiro caso, *coleccionar* deriva de *coleção*, que tem como étimo *collectĭo, ōnis.*, com a base *coleccion*, então, remetendo à forma latina. O mesmo pode ser dito de *infeccionar* e *seleccionar*, que seguem a mesma diretriz, com o primeiro vindo de *infecção* (*infĕctĭo, ōnis*) e o segundo de *seleção* (*selectĭo, ōnis*). Assim como nos casos do italiano e do holandês, essas alterações fônicas, sobretudo por sua previsibilidade, não impedem que relações lexicais se estabeleçam. Já nos casos das palavras listadas em (06), os autores destacam que as alomorfias expressas nas bases também remetem aos étimos, que são retomados na derivação: *árvore* vem do latim *arbor, -ōris*, *lágrima* vem do latim *lacrĭma, -ae* e *vidro* vem do latim *vitrum, -ī*.

Para variações fônicas como as destacadas em Booij (2014) e Simões Neto e Soledade (2015), entende-se, a partir de Booij (2014), que a herança total do corpo fônico das construções deixa de ser uma característica imprescindível para os casos em que haja alomorfia previsível e/ou que não provoque grande alteração na estrutura fônica da palavra, ou seja, a herança total do corpo fônico é uma propriedade, até certo ponto, anulável, se e somente se o fenômeno de alomorfia não impedir que as relações léxico-semânticas possam ser claramente estabelecidas entre *input* e *output*. Entretanto, o autor não destaca quais seriam os casos de alomorfia não contemplados nesse contexto. Exemplos sugeridos por Simões Neto e Soledade (2015) estão expressos em (07), com esquemas construcionais hipotéticos em (08):

- (07) chuva – pluvial
 ilha – insular
 peixe – písceo

- (08) *pluvial*: <[[chuvas_{si}] al]_A ↔ [QUALIDADE RELATIVA a SEM_{Si}]_A>
insular: <[[ilhas_{si}] ar]_A ↔ [QUALIDADE RELATIVA a SEM_{Si}]_A>
písceo: <[[peixes_{si}] eo]_A ↔ [QUALIDADE RELATIVA a SEM_{Si}]_A>

Sobre os casos em (07), em que há, respectivamente, palavras complexas formadas com os sufixos alomorfes *-al* e *-ar* e o *-eo*, Simões Neto e Soledade (2015) comentam que essas deveriam ser todas instanciações de esquemas construcionais que selecionam como *input* um substantivo e têm como *outputs* adjetivos de valor relacional. Mesmo com a proximidade semântica entre os esquemas, por serem formas fonológicas distintas, são necessários esquemas construcionais diferentes. A respeito do que acontece com o corpo fônico das bases, os autores sinalizam a necessidade de o conhecimento histórico da língua ser considerado na descrição morfológica⁶, uma vez que, em casos como esses, o estabelecimento das relações lexicais parecem ser menos transparentes.

Diante disso, em (08), Simões Neto e Soledade (2015) observam que esse corpo fônico da base nos *outputs* faz remissão ao étimo dos *inputs*. Assim, *pluvial* remete ao latim *plūvia* (étimo de *chuva*), da mesma forma que *insular* remonta ao latim *insūla* (étimo de *ilha*) e *písceo* ao latim *piscis* (étimo de *peixe*). Em uma comparação dos dados em (07) com os em (06), os

⁶ Nesse sentido, os autores acompanham o raciocínio de Rio-Torto (1998) de que “a análise e a morfologia das palavras não pode ignorar as vicissitudes da gênese e da história destas” (RIO-TORTO, 1998, p. 18). Essa autora comenta que, certamente por isso, é muito comum que nem toda palavra seja passível de uma análise estritamente sincrônica.

autores consideram que, ao longo da história da língua, os dados em (07) foram submetidos a transformações fonológicas mais impactantes, sendo esses prováveis exemplos de situações em que as relações lexicais entre *input* e *output* se tornam dificultosas. Diante desses casos, Simões Neto e Soledade (2015) levantam dois caminhos possíveis de análise:

- a. as palavras derivadas em (07) podem ser consideradas instanciações dos esquemas em (08) e a herança do corpo fônico deixa de ser uma propriedade absoluta, indo de encontro às formulações de Booij (2010, 2014).
- b. as palavras derivadas em (07) devem ser assumidas como idiossincráticas, exigindo armazenamento no léxico como itens lexicais independentes e desvincilhados de esquemas morfológicos como os propostos em (08).

A segunda opção parece estar em maior conformidade com as propostas de Booij (2010, 2014), que, nesse quesito, não difere das teorias anteriores em que o componente lexical se orienta pela compreensão “de que itens lexicais *inespecificados*, idiossincráticos e imprevisíveis estariam a cargo da memória dos falantes, sendo, portanto, itens de estoque e, assim, não passíveis de serem gerados online” (SOLEDADE, 2017a, p. 7, grifos da autora).

Ainda que a abordagem de Booij (2010, 2014) seja de uma morfologia baseada em palavras, Simões Neto e Soledade (2015) comentam a ausência de discussões de como o modelo se posiciona quando o fenômeno da alomorfia se estende aos afixos, questionando, se, para sufixos tidos como alomorfes, a herança total do corpo fônico é também uma propriedade, até certo ponto, anulável. Casos observados por esses autores estão reproduzidos em (09).

(09) medidor – auditor – professor
duradouro – classificatório

No primeiro grupo de palavras complexas, em (09), há itens derivados com os sufixos *-dor*, *-tor* e *-sor*, todos variantes fônicas originárias do latim *-or*, *-oris*. Essas três palavras, no entendimento de Simões Neto e Soledade (2015), podem ser consideradas instanciações de um esquema como “<[X_{vi} -dor]_{Nj} ↔ [AGENTE envolvido em SEM_{vi}]_{Nj}>”. Essa posição dos autores encontra respaldo no tratamento dado por Basílio (1980) para as palavras formadas com o sufixo *-dor*, dentro de um contexto gerativista de RFP. Essa autora se mostra indiferente à alomorfia sufixal nessa circunstância.

O mesmo não pode ser dito das palavras do segundo grupo, derivadas com os sufixos –*douro* e –*tório*, ambos com origem no latim –*orius*, –*a*, –*um*. Simões Neto e Soledade (2015) sugerem que um falante comum, provavelmente, não fará a associação com a mesma rapidez que se faz nos casos das palavras do primeiro grupo. Dessa forma, os autores acreditam que, embora –*douro* e –*tório* tenham um mesmo étimo, apresentam realizações fonológicas tão distintas que *duradouro* e *classificatório* jamais poderiam ser considerados instanciações de um único esquema, o que faz, portanto, com que dois esquemas distintos sejam necessários para as suas representações. Diante dessas observações, Simões Neto e Soledade (2015) assumem que

a ideia de Booij (2014) de que a conservação do corpo fônico é uma propriedade que pode ser anulada em alguns contextos de alomorfia da base pode ser estendida para alguns contextos dos afixos, desde que se mantenha a ressalva de que essa alteração fonológica não deve impedir a identificação de relações lexicais. Assim, no que toca aos sufixos, se for possível estabelecer relações entre os alomorfes, como é possível, com –*dor* e os seus, não há motivos para não estender a visão de Booij (2014). Se num modelo formalista, como o empenhado por Basílio (1980), há essa aceitabilidade, não há porque um modelo mais associativo não aceitar, com cautela, a alomorfia de sufixos (SIMÕES NETO e SOLEDADE, 2015, p. 154).

A argumentação de Simões Neto e Soledade (2015) ratifica o entendimento da alomorfia como um fenômeno linguístico que, na maioria das vezes, se justifica historicamente. A respeito da extensão da visão de Booij sobre alomorfia da base para o quadro de alomorfia sufixal, a motivação se deu pelo estudo das construções *X-ário* no período arcaico da LP, onde se atestava a variação entre as formas –*ário* e –*airo*. Há de se considerar ainda a convivência entre as formas –*ário* e –*eiro*, ambas oriundas do sufixo latino –*arius* e, dentro da tradição estrutural, consideradas alomorfes. Sabe-se que, na trajetória da língua, o –*airo* se revelou como uma forma medieval e intermediária. Said Ali (1964) explica que essas palavras em –*airo* voltaram a –*ário*.

Por isso, Simões Neto e Soledade (2015) optam por integrar, em um mesmo esquema, essas duas formas (–*ário* e –*airo*), uma vez que a alomorfia gerada pelo processo fonológico de metátese não chega a impedir que elas sejam relacionadas, assegurando, então, os princípios norteadores da hipótese de Booij (2014). As construções *X-eiro*, no entanto, requererão um esquema diferente do *X-ário*, pois os esquemas não são imediatamente relacionados. Se a proposta de aceitar alomorfias previsíveis e regulares não fosse estendida à realidade dos afixos,

seria necessário um esquema diferente para as construções *X-airo*, o que não talvez não tivesse proficiência.

4. A segunda propriedade essencial: a categoria lexical do *output*

Como herança do modelo de Aronoff (1976), Booij (2010) mantém a hipótese do Produto Categórico Único, assumindo que a explicitação da categoria lexical do *output* é outra característica da qual um esquema não pode abrir mão. Embora herde essa proposição, Booij descarta, por exemplo, a Hipótese da Base Unitária. No modelo aronoffiano, a descrição morfológica era orientada para o *input*, investigando a produtividade das RFPs que atuavam sobre ele, o que justificava a necessidade de que cada regra requera uma única categoria de *input*. Contrariamente, o modelo de Booij (2010), como também interpretam Gonçalves e Almeida (2014), Simões Neto e Soledade (2015) e Gonçalves (2016), é uma teoria focada no *output*, ainda que reconheça a importância de características da palavra base. Por isso, considera que a categoria do *input* é uma informação que pode ser dispensada, em algumas circunstâncias.

Para sustentar essa hipótese de Booij (2010) de que a categoria lexical do *input* é uma categoria anulável, Soledade (2013), dentro da LP, confronta esquemas que não permitem essa anulação, tais como os das construções *X-ção* e *X-mento*, que especificam verbos como *inputs* e substantivos abstratos como *outputs*, com esquemas que viabilizam a flutuação da categoria da base, a exemplo das construções *X-ismo*, extraídas de Soledade (2013) e adaptadas para o Quadro 1.

Quadro 1 - Categorias lexicais das bases em construções *X-ismo*.

Categoria do input	Input	Output
Substantivo comum	átomo, derrota	atomismo, derrotismo
Substantivo próprio	Lula, Carlos (ACM)	lulismo, carlismo
Adjetivo	colonial, favorito	colonialismo, favoritismo
Verbo	batizar, catequizar	batismo, catequismo
Substantivo composto	bota-abaixo, sem-vergonha	bota-abaixismo, sem-vergonhismo
Siglas	PT, PMDB	petismo, peemedebismo

Fonte - SOLEDADA, 2013, p. 88.

Diante dos exemplos no Quadro 1, Soledade (2013) observa que a formação deadjetival, ainda que tenha sido a mais produtiva ao longo da história da LP, não era a que se realizava mais recorrentemente com o sufixo grego *-ismós* (étimo), que tinha maior expressividade na produção de deverbais. O português contemporâneo, como menciona a autora, tem apresentado

uma gama de novas possibilidades produtivas, selecionando como bases as categorias dos substantivos próprios e das siglas, o que faz com que a autora sugira que, no esquema dominante de *-ismo*, a categoria do *input* seja uma propriedade não essencial e passível de omissão, salvos os casos em que seja uma característica relevante e produtiva, daí deve-se haver especificação nos subesquemas. Soledade (2013, p. 88), sugere que o *-ismo* tenha um esquema dominante como o apresentado em (10), em que não há especificação categorial no *input*:

$$(10) \quad \langle [X_i -ismo]_{s_j} \leftrightarrow [\text{relacionado a SEMi}]_{s_j} \rangle$$

Com essa assunção de que a categoria do *input* seja uma informação anulável, o modelo booiiano se verá livre de outro entrave no modelo aronoffiano: as palavras complexas cujas bases não são formas livres na língua. Isso faz com que não sejam necessárias as RTs de Aronoff (1976). Uma maneira de como Booij (2010) lidou com essa situação está na proposição das *relações paradigmáticas* que se assemelham com as propostas por Basílio (1980), dentro de um quadro gerativista. Entretanto, há, agora, uma ênfase para o fator semântico. Tanto as proposições de Booij (2010) quanto as de Basílio (1980) intentam não marginalizar esses casos, enquadrando-os em esquemas/regras mais gerais, a fim de diminuir o nível de arbitrariedade dessas palavras. Em Booij (2010), um exemplo pode ser visto com os pares formados pelos sufixos *-ism* e *-ist* no inglês.

Quadro 2 — Relações paradigmáticas entre palavras *X-ism* e *X-ist* no inglês.

X-ism	X-ist
altru-ism	altru-ist
aut-ism	aut-ist
bapt-ism	bapt-ist
commun-ism	commun-ist
pacif-ism	pacif-ist

Fonte — BOOIJ, 2010, p. 33.

A partir desses exemplos dispostos no Quadro 2, Booij (2010) sugere que, apesar de não possuírem uma base que corresponda a uma palavra real na língua, o significado de um membro do esquema *X-ism* pode se relacionar com o significado de um membro do esquema *X-ist*. Assume o autor que, geralmente, o significado das palavras em *-ist* podem ser tomados como “pessoa com a habilidade, inclinação ou ideologia denotada pela palavra em *-ism*” (BOOIJ,

2010, p. 33, tradução nossa)⁷. Daí, a relação paradigmática seguinte pode ser definida por um esquema complexo (ou de segunda ordem), como o expresso em (11), extraído de Booij (2010, p.33):

$$(11) \quad \langle [x\text{-ism}]_{Ni} \leftrightarrow SEM_i \rangle \approx \langle [x\text{-ist}]_{Nj} \leftrightarrow [\text{person with property Y related to } SEM_i]_j \rangle^8$$

Nesse esquema, em (11), o SEM_i representa o significado das palavras em *-ism*. Daí que *altruísta* é uma pessoa com a inclinação para o altruísmo, um *pacifista* é aquele que adere à ideologia do *pacifismo*, etc. Como observa Booij (2010), “os significados desses nomes em *-ist* não são simplesmente uma composição funcional dessas partes constituintes, mas contém o significado de uma palavra relacionada com o mesmo grau de complexidade.” (BOOIJ, 2010, p. 33, tradução nossa)⁹.

Outro caso relacionado às palavras complexas cujas bases não sejam formas livres na língua é visto em Booij (2014), com as construções *X-baar* do holandês, que equivalem a *X-able* em inglês ou *X-vel* em português.

Quadro 3 — Categorias lexicais das bases em construções *X-baar* do holandês.

	Tipo de palavra base	Exemplos
a	Verbo transitivo	<i>eetbaar</i> (ing: <i>edible</i> / port: <i>comestível</i>); <i>drinkbaar</i> (ing: <i>drinkable</i> / port: <i>potável</i>)
b	Verbo ergativo	<i>vloeibaar</i> (ing: <i>liquid</i> / port: <i>líquido</i>); <i>brandbaar</i> (ing: <i>flammable</i> / port: <i>inflamável</i>)
c	Verbo intransitivo	<i>leefbaar</i> (ing: <i>livable</i> / port: <i>habitável</i>); <i>werkbaar</i> (ing: <i>workable</i> / port: <i>trabalhável</i>)
d	Nome	<i>vruchtbaar</i> (ing: <i>fruitful</i> / port: <i>frutífero</i>)
e	Não existente	<i>dierbaar</i> (ing: <i>beloved</i> / port: <i>amável</i>)

Fonte - BOOIJ, 2014, p. 9, tradução nossa.

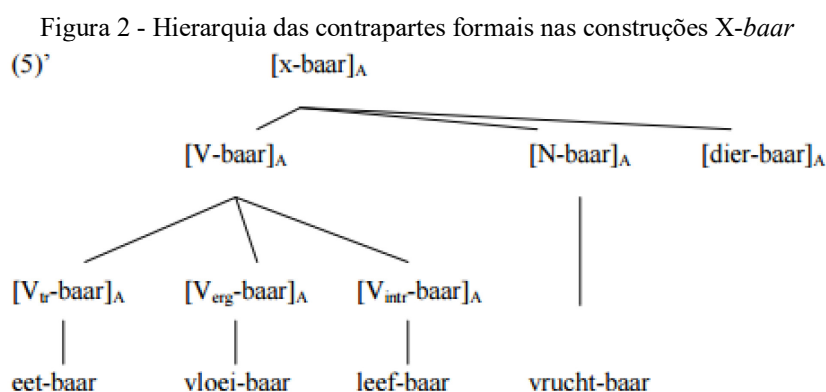
A respeito dos dados no Quadro 3, Booij (2014), argumenta que os verbos transitivos em (a) são a classe mais prototípica nas construções *X-baar*, mas essa é uma propriedade anulável no sentido de que outras categorias de verbo, como (b) e (c) (ergativo e intransitivo, respectivamente) têm se mostrado produtivas. Os casos em (d) e (e) são os mais excepcionais,

⁷ “person with the ability, disposition, or ideology denoted by the word in *-ism*” (BOOIJ, 2010, p. 33).

⁸ Extraído de Booij (2010, p. 33). O símbolo \approx indica que há uma relação paradigmática entre os esquemas.

⁹ “The meaning of these nouns in *-ist* is not simply a compositional function of their constituent parts but contains the meaning of a related word with the same degree of complexity” (BOOIJ, 2010, p. 33).

pois retiram a possibilidade de generalização de que a categoria do *input* seja sempre um verbo. A única regularidade destacada pelo autor é a de que, na presença do sufixo *-baar*, as bases sempre formam adjetivos, destacando-se seus deslocamentos semânticos que vão para além do significado de *passível de* ou *com potencial de*. Na Figura 2 abaixo, Booij (2014) representa a variedade de *inputs* nas construções *X-baar* do holandês.



Fonte - BOOIJ, 2014, p. 11

Diante dessa representação hierárquica na Figura 2, Booij (2014) sinaliza o problema de essa hierarquia não dar conta de expressar qual desses padrões é produtivo. Por isso, o autor propõe como alternativa assumir somente um esquema, com verbos transitivos como bases, e as construções a partir de outras categorias devem ser tomadas como substituições de padrões. Isso preveria que a formação de novos adjetivos em *-baar*, no holandês, seja produtiva somente com verbos transitivos como base. Como menciona o autor, nesse contexto, não há muitas palavras cujo verbo da base não seja transitivo e essas poucas decorrem de violações acidentais que não impedem os falantes do holandês de reconhecê-las como sendo motivadas por um esquema em que a contraparte formal seja do tipo $[V_{tr}\text{-baar}]_A$, uma vez que a informação de semântica de *passível de sofrer um evento* ainda se faz presente, o que, segundo Booij (2014), se alinha à visão defendida por Plag (2004) de que a categoria do *output* e as propriedades semânticas de um processo morfológico são fundamentais para a sua formulação.

Essa imprescindibilidade da explicitação da categoria do *output* no modelo de Booij tem sido questionada por alguns autores, como Simões Neto e Soledade (2015), uma vez que a assunção dessa característica como propriedade essencial em um esquema tem gerado alguns problemas na descrição da língua portuguesa, pois, nessa, a flutuação categorial entre as categorias de substantivo e adjetivo se mostra bastante produtiva, sendo tema de recorrentes debates entre linguistas.

Em Castilho (2010), vê-se que essa linha tênue entre essas categorias já existia na língua latina, em que, por questões de proximidade morfológica, não se distinguiam substantivos e adjetivos e ambos eram colocados em uma categoria *nomen*, com especificações *nomen substantiuum* e *nomen adiectiuum*. Somente a partir do século XVIII, “os gramáticos das línguas românicas passaram a tratar o adjetivo separadamente do substantivo [...]” (CASTILHO, 2010, p. 511).

Em *Estrutura da língua portuguesa*, Câmara Jr. (1970, p. 77) propõe que os vocábulos mórficos possam ser classificados por meio de três critérios. São eles:

- a. *o critério semântico*: diz respeito ao que os vocábulos significam no universo biossocial em que a língua se realiza. Dessa forma, os nomes se ligam às coisas e aos seres, ao passo que os verbos representam os processos.
- b. *o critério mórfico*: está relacionado às propriedades formais das categorias. Assim, os nomes são aqueles passíveis de serem objetivados por meio de artigos e/ou de um plural em /s/ e os verbos são aqueles disponíveis para os morfemas gramaticais de *tempo*, *modo* e *pessoa*.
- c. *o critério funcional*: está relacionado à função que o vocábulo desempenha na sentença. Câmara Jr. (1970, p. 79), dentro desse critério, propõe uma subdivisão entre nomes e pronomes de acordo com a sua função na comunicação linguística. Entende o autor que há uma função de substantivo, aquele tratado como o centro da informação ou o *termo determinado*, e há a função de adjetivo, o *termo determinante* que modifica um nome substantivo. Câmara Jr. (1970) ainda chama a atenção para o fato de que, em português, o adjetivo deve concordar, em gênero e número, com o substantivo ao qual se adjunge.

Assumidos esses critérios, Câmara Jr. (1970, p. 87) entende que a distinção entre substantivo e adjetivo se dê apenas no desempenho sintático, pois, aparentemente, não apresentam distinções de forma. Daí que, nesses termos, *um marinheiro brasileiro* e *um brasileiro marinheiro* se diferenciem pela posição na sentença, em que, na primeira expressão, *marinheiro* é o determinado (substantivo) e *brasileiro* é o determinante (adjetivo), ao passo que, na segunda, a situação se inverte e *brasileiro* é o determinado (substantivo) e *marinheiro* é o determinante (adjetivo).

Quem tem uma linha de pensamento similar à de Câmara Jr. (1970) é Perini (1995), que acredita na ideia de que substantivos e adjetivos tenham limites pouco claros, com uma separação tão pouco rígida “que há motivo para duvidar da existência de duas classes distintas” (PERINI, 1995, p. 321). Perini (1995), então, recorre à ideia de um *continuum* entre a função nuclear substantiva e a função modificadora adjetiva, assumindo, para além da ideia de que os critérios de diferenciação sejam somente funcionais, a ideia de que há nomes que podem atuar

tanto como núcleo quanto como modificador e aqueles que só podem assumir uma das funções. Isso também foi defendido por Câmara Jr. (1970), que sugeriu que existissem nomes essencialmente adjetivos (belo, grande etc.) e nomes essencialmente substantivos (homem, leão, etc.), mas admitindo que a distinção funcional não fosse absoluta, uma vez que a expressão *um homem leão* significa *um homem corajoso*. Os exemplos de (12) a (19) abaixo são do português brasileiro contemporâneo:

- (12) O que 13 *estrangeiros* pensam sobre trabalhar no Brasil ? (Site da Revista Exame).
- (13) Aguirre sonha em ser o 'técnico *estrangeiro* que brilhou no futebol brasileiro' (Lancenet).
- (14) Eu, leitora: "Troquei meu marido pela minha melhor *amiga*" (Site da Revista Marie Claire).
- (15) Como é bom ir a lugares lindo com pessoas *amigas* e maravilhosas (Site Trip Advisor).
- (16) Grazi Massafera clareia o *cabelo* e 'vira' princesa Elsa para a filha de dois anos (Site Yahoo Mulher).
- (17) Jared Leto exhibe *cabelo* loiro platinado em evento (Site Vagalume).
- (18) Freqüentadores de academia aderem ao leite *materno* como suplemento alimentar (Site do jornal O Povo).
- (19) Junior Lima lamenta a morte de seu avô *materno* (Site Diário de São Paulo).

Nas sentenças em (12) e (13), observa-se a flutuação de *estrangeiro*, que aparece tanto na função de determinado (CÂMARA JR, 1970) ou função nuclear substantiva (PERINI, 1995) – sentença (12), quanto na função de determinado (CÂMARA JR, 1970) ou adjetiva modificadora (PERINI, 1995) – sentença (13). O mesmo pode se dizer a respeito de *amiga*, que desempenha um papel nuclear em (14) e modificador em (15). Em (16) e (17), *cabelo* é núcleo, sendo, ao que parece, um nome que só consegue exercer a função de determinado, ao passo que, em (18) e (19), *materno* aparece sempre na função modificadora, não aparecendo na função de determinado.

Basílio (1995), voltando-se para a proposta de Câmara Jr. (1970), destaca dois problemas. O primeiro diz respeito ao nível funcional e à concordância nominal, que fora tomada por Câmara Jr. como fundamental na caracterização das relações entre adjetivos e substantivos. Exemplo da própria autora está expresso em (20).

- (20) Comprei dois sapatos brancos/ areia/*areias. (BASÍLIO, 1995)

Nesse exemplo, o substantivo *areia* aparece na função modificadora, prototípica dos adjetivos. A partir dele, Basílio (1995) menciona que alguns substantivos, embora possam atuar como determinantes, não conseguem desempenhar essa função da mesma maneira que os adjetivos. Assim, no exemplo, em (20), a função de determinante não fez com que o substantivo *areia* se transformasse em um adjetivo morfológico, uma vez que não foi realizada concordância entre ele e o nome que modifica – *sapatos*.

O segundo problema destacado por Basílio (1995) está no nível lexical, pois se for assumido que, do ponto de vista morfológico, não há diferenças entre as categorias, certas generalizações deixam de ser feitas. Por isso, seria postulado que o sufixo *-idade*, que seleciona adjetivos como *input* e forma substantivos abstratos, seleciona, na verdade, uma macrocategoria chamada *nome* para formar palavras da mesma macrocategoria *nome*, deixando de lado o fenômeno de mudança categorial. Ou ainda, segundo a autora, não se poderia dizer que o sufixo *-ção*, que se realiza em contextos deverbiais, dê conta da formação de substantivos abstratos. Adotar a proposta pautada no critério funcional de Câmara Jr. (1970), portanto, implica na perda de generalizações sobre os processos de formação de palavras (BASÍLIO, 1995). Mesmo levantando esses problemas, a autora assume que

permanece, pois, a questão de como caracterizar substantivos e adjetivos. No entanto, parece ser consensual que certas características são próprias de substantivos e outras de adjetivos.

São normalmente consideradas como características de substantivos: semanticamente, a designação de seres (e, portanto, a possibilidade de serem interpretados como seres ou entidades); morfológicamente, o gênero imanente e o número determinado pela pluralidade ou não dos referentes, em caso de referência a indivíduos; e sintaticamente, a ocorrência como núcleo do sujeito, complementos e sintagmas preposicionados; a possibilidade de ocorrência com adjetivos como adjuntos adnominais e a possibilidade de ocorrência com determinantes e qualificadores.

Como características de adjetivo, temos: semanticamente, a caracterização de seres; morfológicamente, o gênero e número em concordância com o substantivo e a possibilidade de ser forma derivante para substantivos abstratos; e sintaticamente, a ocorrência em estruturas predicativas com verbos estativos como *estar*, verbos de opinião ou julgamento como *achar*, *considerar*, *julgar*, verbos de mudança de estado como *ficar*, etc (BASÍLIO, 1995, pp. 178-179).

Persistido o problema, Basílio (1995) retoma parcialmente alguns de seus trabalhos anteriores, como Basílio (1980), mencionado no Capítulo 2, a fim de dar alguma direção para a solução do problema. Esse trabalho foi desenvolvido em um quadro gerativo-associativo e,

mais tarde, foi retomado por alguns autores de orientação gerativista, a exemplo de Marinho (2004). No entendimento de que a proposta de Basílio (1980) foi a mais formidável para lidar com a flutuação categorial, esse trabalho foi também retomado por Simões Neto e Soledade (2015), já no âmbito da MC.

Dentro de um contexto de regras, as reflexões de Basílio (1980) partiram das formações de agentivos deverbais *X-dor* no português. A regra referente a esse processo formativo está em (21), e sobre esse, a autora observa que o sufixo *-dor* atua sempre sobre bases verbais, gerando um substantivo de significado agentivo.

$$(21) [X]_v \rightarrow [[X]_v \text{ dor}]_{N_{Ag}} \text{ (BASÍLIO, 1980).}$$

Basílio (1980) destaca, no entanto, que essa regra só abrange uma parte do conjunto de palavras possíveis formadas com esse sufixo formador de agentivos e argumenta com base nas sentenças em (22).

$$(22) \text{ O administrador não conseguiu resolver o problema (BASÍLIO, 1980).}$$

$$\text{A firma administradora não conseguiu resolver o problema (BASÍLIO, 1980).}$$

A partir dessas sentenças, Basílio (1980) mostra a possibilidade de alguns agentivos deverbais *X-dor* flutuarem entre as categorias de adjetivos e substantivos. Se aceita a hipótese do PCU de Aronoff, (1976), *administrador* irá requerer uma duplicação no léxico, apenas pelo fato de sua categoria lexical poder flutuar. Basílio (1980) destaca, no entanto, que é preciso notar que a sequência fonológica e a interpretação semântica de agentividade se mantêm, qual seja a categoria lexical do *output*. A autora menciona outros casos flutuantes de formações *X-dor*, como *produtor* (o produtor, o canal produtor), *gerador* (o gerador, o mecanismo gerador), *colonizador* (o colonizador, os grupos colonizadores) e sugere uma representação como a em (23).

$$(23) [X]_v \rightarrow [[X]_v \text{ dor}]_R \text{ em que R é uma arquicategoria (BASÍLIO, 1980).}$$

Em Basílio (1981, *apud* MARINHO, 2004) observa-se a mesma flutuação categorial com o sufixo *-nte* e a autora sugere que essa seja uma provável característica dos agentivos

deverbais, reafirmando a sua sugestão de que, para esses casos, haja uma única regra de formação, com um *output* arquivicategorial, como em (23). Nesse trabalho, Basílio (1981) propõe que operações genolexicais possam ser tomadas em dois níveis. No primeiro, está o nível da formação de palavras, em que estão as RFPs e, no segundo, estariam, segundo Marinho (2004, p. 28), as “variações no sentido da palavra e a possibilidade de emprego do vocábulo com mais de uma especificação categorial”. Basílio (1981), então, propõe que a atribuição categorial dos *outputs* não figure nas RFPs, pois não é uma informação morfológica, e sim sintática, determinando, para além da regra de formação, a chamada *regra de extensão de categoria*, atuante no componente sintático.

Embora a sua proposta seja dissociacionista no que toca à interface morfologia-sintaxe, mesmo que em um modelo gerativo associativo na interface morfologia-semântica, é importante pôr em questão se, dentro do modelo de Booij (2010, 2014), “a categoria do *output* não é, até certo ponto, anulável, quando a extensão categorial é muito produtiva no sistema linguístico em uso” (SIMÕES NETO; SOLEDADE, 2015, p. 151). Assim, como observam Simões Neto e Soledade (2015), se Basílio (1980, 1981), dentro de um contexto gerativista de regras, relativizou a ideia do PCU proposto por Aronoff (1976), faz-se necessário que, nas próximas formulações do modelo booiiano, discuta-se qual a importância de uma descrição morfológica considerar esquemas diferentes para instanciações em que a flutuação é previsível, mesmo que a regularidade semântica se mantenha, como tem acontecido na formação de muitos agentivos do português.

Dentro da perspectiva cognitivista, a questão pode ser tratada sob três enfoques inter-relacionados. O primeiro foi abordado por Simões Neto e Soledade (2015) e diz respeito à proposta de Botelho (2009), que, trabalhando com as construções *X-eiro* no português brasileiro contemporâneo sob um enfoque sociocognitivista, propõe não distinguir as categorias de adjetivos e substantivos quanto ao significado agentivo, uma vez que, no seu entendimento, essa distinção provém de uma projeção semântico-pragmática de *figura-fundo*.

Assim, segundo Valenzuela, Ibarretxe-Antuñano e Hilferty (2012), esse é um conceito oriundo da Gestalt que se mostra basilar nas formulações da LC. Por meio dessa projeção, focaliza-se, uma zona concreta específica do domínio, separando-a de todo o restante. Daí, o elemento destacado é a *figura* e o que o adorna é o *fundo*. No que toca aos aspectos morfológicos das construções agentivas *X-eiro*, Botelho (2009) sugere que os usos substantivos tornam *figura*

a agentividade e os usos adjetivos a tornam *fundo*. A autora exemplifica com as sentenças em (24).

- (24) O traiçoeiro chegou ... vamos ficar quietos! (BOTELHO, 2009).
Ele teve uma atitude traiçoeira e perdeu a confiança de todos.
(BOTELHO, 2009).

Na compreensão de Botelho (2009), na primeira sentença, *traíçoeiro* é realizado como substantivo, ao passo que, na segunda, se realiza como adjetivo. O que a autora chama a atenção é o fato de que o significado agentivo de *cometer traição* se faz presente nas duas sentenças, mas, na primeira, essa leitura agentiva é central, logo *figura*, ao passo que, na segunda sentença, ela é *fundo*, qualificando a atitude de um agente.

A segunda abordagem de orientação cognitivista que se pode admitir para explicar o fenômeno é a de Basílio (2011). Esteada na concepção de metonímia da LC, a autora entende que agentes podem ser denominados com base na ação que realizam, da mesma forma que alguns objetos podem ser denominados baseando-se na função que desempenham, o que caracteriza processos metonímicos. Assim, *manifestante* subjaz uma metonímia do tipo ATIVIDADE POR INDIVÍDUO, da mesma forma que *ventilador* se encaixa em OBJETO POR FUNÇÃO.

Basílio (2011, p. 111-113) observa também que as metonímias dão conta de explicar o fenômeno de conversão. Daí, a partir dessa autora, pode-se assumir que padrões metonímicos, como os vistos em QUALIDADE POR INDIVÍDUO (Não gosto de homem *careca* / Os *carecas* têm mais estilo), INDIVÍDUO POR ORIGEM (Adoro música *italiana* / A *italiana* não sabe falar português) e OBJETO POR PROPRIEDADE (A lua está mais *brilhante* que o habitual / Ele me deu um *brilhante*), configuram também a flutuação categorial de agentivos, uma vez que, é possível ativar metonímias do tipo INDIVÍDUO POR QUALIDADE, quando um prototípico adjetivo é usado como substantivo, ou QUALIDADE POR ATIVIDADE, quando o processo é contrário.

A terceira e última possibilidade para entender a fluidez dos agentivos entre substantivos e adjetivos se orienta pela operação de ajuste focal, como abordada por Silva (2012). A partir dessa perspectiva, pode-se assumir que essa flutuação categorial decorra de um perfilamento, uma vez que os mesmos conceitos são ativados, embora realizados mediante a perspectiva de observação. Sejam tomadas as sentenças em (25) com diferentes usos da palavra *magrela*.

- (25) Tem uma menina *magrela* na minha sala (Site Apelidos).
Entrou uma *magrela* morena com olhos pretos (Site WhatPad).

Nota-se, a partir dessas duas sentenças, que, na primeira, o enfoque está na *menina*, que tem, como uma de suas características, a magreza, ao passo que, na segunda, a focalização está na magreza, com o sujeito qualificado estando elíptico e sendo designado por essa característica.

Todas essas abordagens feitas no âmbito da LC envolvem a propriedade de seleção, sendo, portanto, inter-relacionadas. Concorda-se aqui, com todos esses enfoques semânticos para os casos apresentados de flutuação categorial. O modelo de Booij (2010, 2014), entretanto, ainda não abarca, em suas descrições, esses tipos de relações. Simões Neto e Soledade (2015), observando algumas construções *X-ário* flutuantes no português arcaico, estearam-se em Basílio (1980, 1981) e propuseram um esquema geral dominante, como em (26).

- (26) $\langle [X_i -\acute{a}rio]_{R_j} \leftrightarrow [x \text{ envolvido em SEM}_i]_{R_j} \rangle$

Nesse esquema dominante, em (26), em que se observa a atribuição de um caráter semântico geral para as construções *X-ário* no português arcaico, Simões Neto e Soledade (2015, p. 164) optam pela não explicitação de categorias lexicais, “nem para os produtos (que flutuam entre adjetivos e substantivos), nem para as bases (*inputs* – que são variados [...])”. Os autores, no entanto, chamam a atenção para o fato de que, quando essas forem características fundamentais, deverão ser imediatamente expressas por meio de subesquemas, que poderão abrigar não só as variedades dos significados, mas também das propriedades lexicais.

5. Terceira propriedade essencial: a contraparte semântica

Para Booij (2010), as palavras morfologicamente complexas nem sempre podem ser analisadas em termos componenciais, pois, entende que, com base no conceito de construção, herdado da GC de Goldberg, o significado do todo não é a soma das partes. Muitas vezes, essas palavras são carregadas de significados específicos (metafóricos, sobretudo) que não são advindos dos significados individuais dos elementos constituintes. Como observam Simões Neto e Soledade (2015), “embora destaque a centralidade do componente semântico para um modelo construcional aplicado à morfologia, é tímida a incursão de Booij sobre as questões que

implicam uma reflexão acerca dos sentidos e das relações que estes estabelecem entre si”. (SIMÕES NETO; SOLEDADE, 2015, p. 155).

A partir dessa mesma citação de Simões Neto e Soledade (2015), pode-se afirmar que, entre as categorias destacadas por Booij como imprescindíveis no esquema, essa é a mais importante, considerando a centralidade semântica do modelo que representa a sua organização hierárquica a partir dos significados das construções e as relações que esquemas e subesquemas estabelecem entre si. Sabido que os esquemas contribuem para a redução da arbitrariedade de construções nas línguas, no modelo booiiano, considera-se que “há também ‘regras’ de polissemia que motivam a coexistência de mais de um significado para uma palavra simples ou complexa” (BOOIJ, 2014, p. 19, tradução nossa)¹⁰.

Uma classificação dessas regras foi feita por Blank (2003) e é nessa proposta que Booij (2014, p. 19) se apoia, admitindo que haja quatro tipos de polissemia. As categorias e os exemplos a seguir foram traduzidos e adaptados de Booij (2014) e também utilizados por Soledade (2013, p. 90):

- a. Polissemia baseada em regras, não lexicalizada, como em *sanduíche de presunto* para se referir a um *cliente que tenha solicitado um sanduíche de presunto*;
- b. Polissemia baseada em regras, lexicalizada, sem, ou com poucas, restrições idiossincráticas, como em *livro* para se referir tanto ao *objeto* (‘comprei um livro’) quanto ao *conteúdo* (‘li o livro todo’);
- c. Polissemia baseada em regras, lexicalizada, com restrições idiossincráticas, como em *escola* para se referir tanto ao *prédio* (‘a escola pegou fogo’) quanto à *instituição* (‘essa escola está sempre bem colocada nos rankings’);
- d. Polissemia desprovida de regras, lexicalizada e idiossincrática, como pode ser vista na língua inglesa, em que se usa *mouse* para se referir ao *animal* (rato) e ao *dispositivo de computador*.

Diante dessa categorização, a partir das formulações de Booij (2014) e da leitura de Soledade (2013), pode-se entender que a polissemia em (a) é não lexicalizada, pois, dado o seu caráter pragmático universal, não requererá uma nova entrada lexical. Há de se destacar também o caráter extensivo da metonímia nas polissemias dos tipos (a)-(c), admitindo “regras acerca do tipo de extensão permitida pelo processo metonímico (parte>todo, todo>parte, conteúdo>continente, continente>conteúdo, instrumento>agente, agente>instrumento, causa>efeito, efeito>causa, entre outras)” (SOLEDADE, 2013, p. 90-91). A polissemia em (d),

¹⁰ “There are also ‘rules’ of polysemy that motivate the co-existence of more than one meaning for a simplex or complex word” (BOOIJ, 2014, p. 19).

por fim, é de orientação metafórica, o que dificulta que haja qualquer estabelecimento de regras sobre ela.

Com base nisso, Soledade (2013) observa que “há um tipo de polissemia que pode ser baseada em regras lexicais ou esquemas de extensão de sentido (‘polissemia regular’), uma vez que é motivada por mecanismos gerais de metonímia” (SOLEDADE, 2013, p. 91). A fim de uma melhor exemplificação, a autora traduz, para o português, os seguintes exemplos de Booij.

- (27) Essa é uma excelente *universidade*.
 A *universidade* pegou fogo ontem à noite.
 A *universidade* entra de férias essa semana.

Soledade (2013, p. 91), leitora de Booij (2010), comenta que, a partir desses exemplos em (27), pode-se admitir que, na segunda e na terceira sentença, há padrões polissêmicos, considerando que uma instituição possa sempre ser conceptualizada metonimicamente pelo local em que funciona ou pelo pessoal que ali atua de alguma maneira. Diante desse tipo de constatação, Booij (2010) propõe que haja esquemas que possam representar esses padrões¹¹:

- (28) <Ni↔ INSTITUIÇÃO> ≈ <Ni ↔ EDIFICAÇÃO RELACIONADA A SEMi>
 <Ni↔ INSTITUIÇÃO> ≈ <Ni ↔ PESSOAS RELACIONADAS A SEMi>

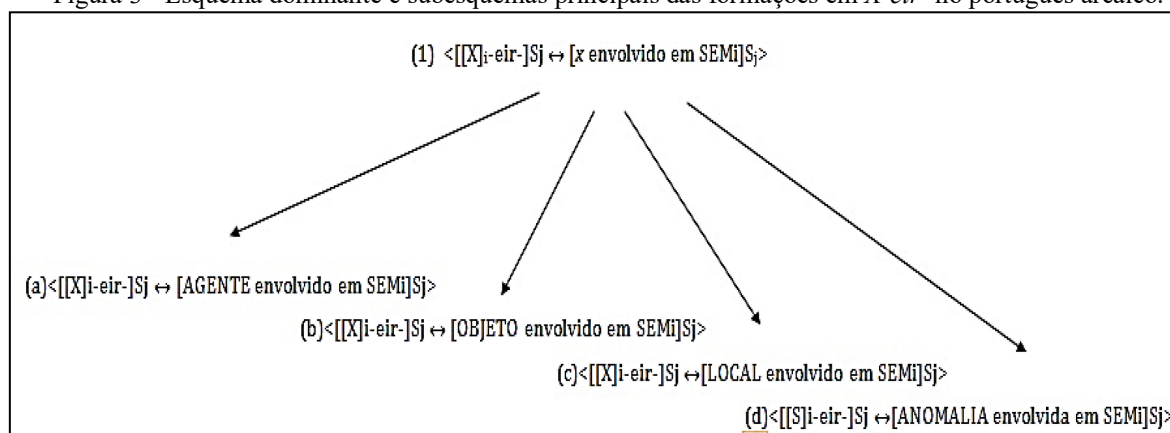
A partir desses exemplos em (28), é possível entender que a polissemia possa se mostrar regular e sistemática no tratamento de palavras complexas, por meio de afixos polissêmicos, e isso acaba gerando padrões polissêmicos que requererão uma explicitação que será descrita nos subesquemas (BOOIJ, 2014; SOLEDADE, 2013).

Longe de a polissemia, ou qualquer outro fenômeno relacionado ao significado lexical, se revelar como um problema para a MC, Soledade (2017a), com base em Soledade (2013), sobre a polissemia das construções *X-eir-* no português arcaico, e em Soledade (2017b), sobre as construções *X-udo* e *X-dor*, destaca cinco problemas de ordem semântica e histórica na descrição proposta pelo modelo de Booij, levando em conta também as concepções de língua e de léxico para essa teoria.

¹¹ Os esquemas em (28) foram traduzidos por Soledade (2013).

O primeiro problema destacado por Soledade (2017a) diz respeito à questão da produtividade. Considerando que Booij (2010, 2014) entende que o fato de um padrão ser produtivo é um argumento razoável para que seja representado por meio de subesquemas e que há uma relação estreita entre produtividade e frequência de realização, Soledade (2017a) se questiona como isso deve se representar dentro de um modelo centrado no uso. Para isso, a autora retoma a organização esquemática proposta para as construções *X-eir-* no português arcaico.

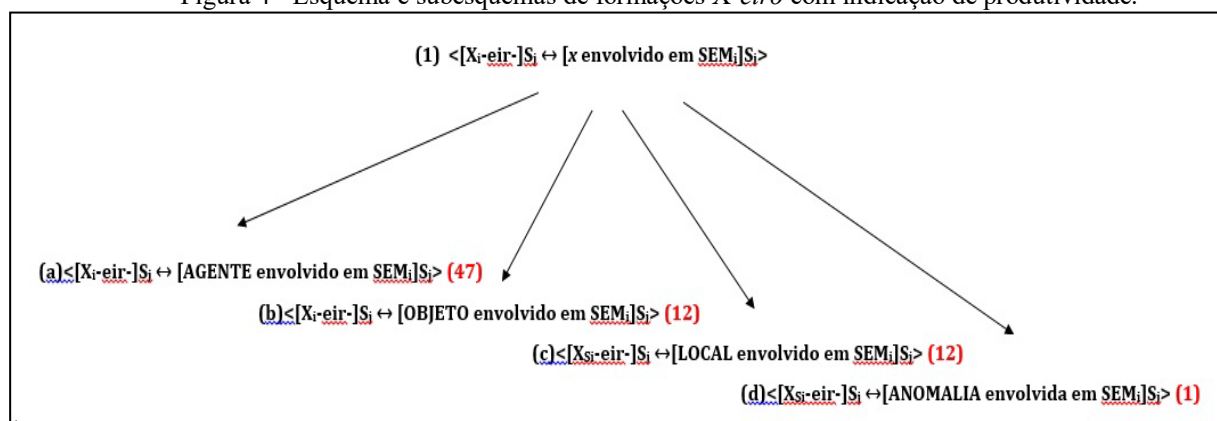
Figura 3 - Esquema dominante e subesquemas principais das formações em *X-eir-* no português arcaico.



Fonte: Soledade, 2013, p. 100.

Diante dessa representação na Figura 3, Soledade (2017a) argumenta em prol da necessidade de os esquemas serem representados de modo a incorporar as diferenças de produtividade entre subesquemas, uma vez que, a um modelo centrado no uso e na frequência e preocupado com questões de prototipicidade dos significados, deve importar, por exemplo, que um subesquema de AGENTE tenha 47 instanciações, ao passo que o de ANOMALIA tenha apenas 1. Considerando que a MC tem postulado que as representações dos esquemas sejam monoplanas, a autora sugere que o mínimo que se pode fazer, até então, para tratar esse tipo de informação é acrescentar, ao lado de cada subesquema, a quantidade de instanciações. Daí uma proposta é apresentada na Figura 4.

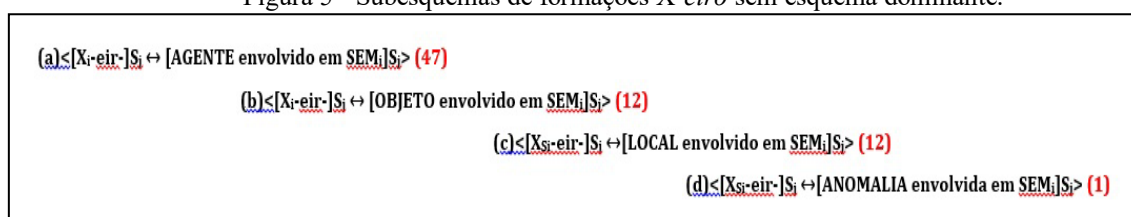
Figura 4 - Esquema e subsquemas de formações X-eiro com indicação de produtividade.



Fonte: Soledade, 2017a, p. 20.

O segundo problema destacado por Soledade (2017a) diz respeito à formulação do esquema dominante¹² proposta por Booij (2010). Esse esquema que tem sempre um caráter genérico dá conta de interligar os variados significados que construções com certos afixos polissêmicos podem ter e que são representados por meio de subsquemas. A pergunta que Soledade (2017a) se faz é se esse esquema chega a ser realmente gerado no cérebro dos falantes ou se essa é uma alternativa que se justifica apenas metodologicamente. Acreditando que seja um recurso mais metodológico, a autora propõe que essas representações sejam abolidas, como visto na Figura 5.

Figura 5 - Subsquemas de formações X-eiro sem esquema dominante.



Fonte: Soledade, 2017a, p. 22.

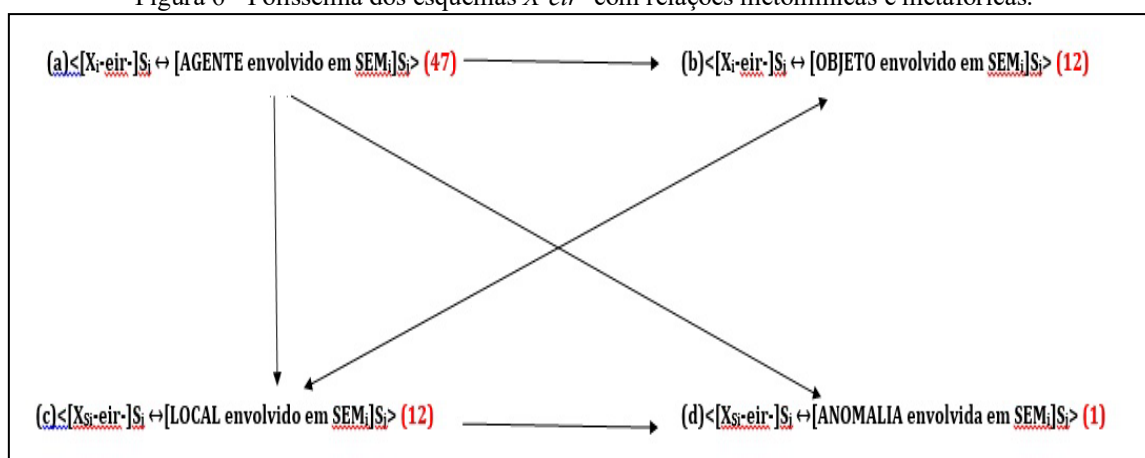
É justamente desse segundo problema e da posição assumida diante desse que surge o terceiro problema destacado por Soledade (2017a): “como representar a polissemia de (sub)esquemas relacionados entre si por mecanismos metafóricos ou metonímicos sem que precisemos criar essa “especificação geral” que na verdade corresponde a uma *inespecificação*?” (SOLEDADE, 2017a, p. 22). A autora acredita que o que une os esquemas polissêmicos são as relações metafóricas e metonímicas que os significados estabelecem entre

¹² O nó mais alto na Figura 3 e na Figura 4.

si, e observa que essas relações não estão contempladas na representação proposta por Booij (2010), que sugere o esquema de caráter dominante e geral.

Diante disso, Soledade (2017a) propõe uma representação preliminar em que, por exemplo, a polissemia dos esquemas de *-eiro* no português arcaico seja abordada sem um esquema genérico dominante e com setas que deem conta das relações metafóricas e/ou metonímicas que esses esquemas podem estabelecer entre eles, o que pode ser visto na Figura 6.

Figura 6 - Polissemia dos esquemas *X-eir-* com relações metonímicas e metafóricas.



Fonte: Soledade, 2017a, p. 22.

Como lembra Soledade (2017a), Booij admite a existência de esquemas de extensão conceitual que possibilitam que objetos/instrumentos sejam conceptualizados em termos de agentes impessoais, daí metáfora, ou que o significado agentivo possa estar ligado a um instrumento ou a um local de execução, daí metonímia. Assim, nos dados analisados por Soledade (2017a), vê-se que as relações entre os múltiplos significados das construções *X-eir-* no português arcaico devam se dar em uma rede mais complexa e menos linear.

A respeito dos esquemas polissêmicos representados na Figura 6, a autora acrescenta ainda que esses

se desdobram em subesquemas também polissêmicos (agentes podem ser: agentes habituais, agentes profissionais e agentes vegetais; objetos podem ser: objetos instrumentos e objetos recipientes; e locais podem ser: locais recipientes e locais relacionados a atividades/objetos). Assim, a teia de significados desse sufixo, já no português arcaico, não parece admitir um desencadeamento contínuo da polissemia, mas apresentaria antes uma rede de relações bem mais complexas, semelhante ao nosso sistema neuronal. E se se pretende estabelecer esquemas que de fato representem, imagicamente, as

relações entre os diversos sentidos de um esquema polissêmico, as formulações teriam de assumir um caráter tridimensional e se aproximar de algo como as redes neurais ou neuronais utilizadas no âmbito da inteligência artificial [...] (SOLEDADE, 2017a, p. 23)

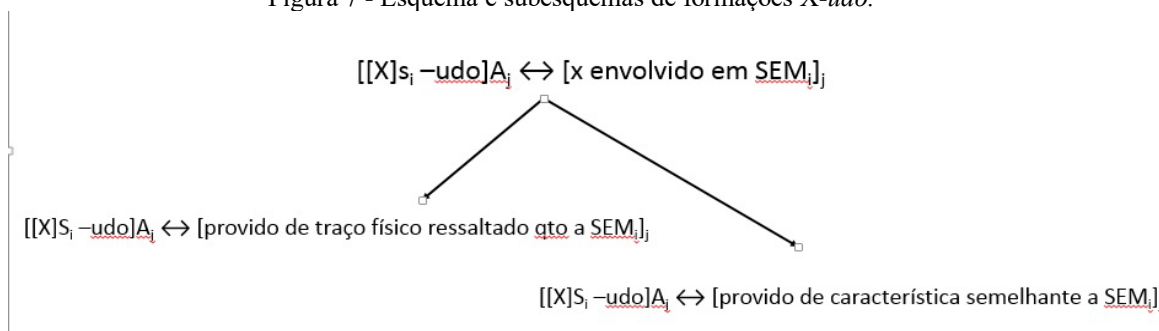
O quarto problema de aplicação do modelo boojiano destacado por Soledade (2017a) está relacionado à herança semântica das bases, pois observa-se que, em alguns casos, a polissemia de um esquema se justifica por alguma restrição semântica imposta por certos *inputs* que a ele se associam. Assim, ainda que Booij (2014) admita a importância das relações de herança, em que palavras complexas herdem não só informações dos nós mais dominantes, em uma relação vertical com o esquema do qual é uma instanciação, mas também da palavra base, isso não tem sido aproveitado nas descrições empreendidas nos estudos da MC. Soledade (2017a), com base em Soledade (2017b), exemplifica com as construções *X-udo* em português.

Tomemos como exemplo os esquemas do sufixo *-udo* em português, que podem atribuir às suas instanciações um sentido construído pelo esquema, que podemos representar com a paráfrase << ‘provido de característica física ressaltada relativa a [sentido da base]’>>: BARBUDO, BUNDUDO, NARIGUDO, CABELUDO etc. Porém, quando as bases não são partes de corpo humano, o esquema da origem a instanciações cujo sentido pode ser reproduzido na seguinte paráfrase: <<‘que se assemelha a [sentido da base]’>>: ABELHUDO, CARRANCUDO, PONTUDO, TALUDO, TRONCUDO, VARUDO etc. Observemos que nesses últimos casos, o sentido das bases não licencia o sentido destacado para aquele primeiro grupo de palavras construídas, contudo, obviamente, por extensão metafórica, temos um segundo esquema, derivado do primeiro, mas, ao fim e a cabo, é a natureza semântica da base que determinará o sentido da construção (SOLEDADE, 2017a, p. 24).

Diante dessas constatações, a autora descreve a polissemia nas construções *X-udo* com a formulação esquemática na Figura 7, onde não se vê a possibilidade de abarcar a informação semântica proveniente da base, o que permite concluir a herança da base não tem como ser enquadrada na especificação por meio dos subesquemas formulados, mesmo que essa polissemia seja parcialmente motivada pelo significado herdado da base. No que toca a esse quarto problema destacado, Soledade (2017a) conclui que abordar o significado da base

é uma tarefa muito complicada se quisermos manter o modelo de representação boojiano, uma vez que a inclusão de especificações semânticas quanto às bases determinaria que os esquemas assumiriam uma extensão que impossibilitaria as representações lineares e verticais de subesquemas polissêmicos (SOLEDADE, 2017a, p. 25).

Figura 7 - Esquema e subesquemas de formações X-udo.



Fonte: Soledade, 2017b, p. 7.

O quinto e último problema destacado por Soledade (2017a) se refere à representação de algumas relações semânticas, como as vistas entre os significados agentivos das construções *X-dor* no português arcaico, que foram abordadas em Soledade (2017b). Lembra a autora que os estudos sobre o referido sufixo têm apontado a polissemia na formação de agentivos, com um consenso na distinção entre agentes profissionais/ocupacionais e agentes habituais/frequentativos, mas uma não unanimidade na inclusão dos agentes experienciadores. Em suma, esses estudos têm abordados os três significados como polissêmicos e independentes, mesmo que ligados por relações de metáfora ou metonímia.

No entendimento de que todo agente habitual possa ser recategorizado como um agente profissional, Soledade (2017b) observa que a categorização como um e não como outro se faz por questões de conceptualização que dependem do uso, da necessidade expressiva dos falantes e de relações sociointeracionais e socioculturais de agentivos em uma comunidade linguística. Com isso, a autora entende que essa distinção que se faz entre as palavras *X-dor*, em nada, está relacionada à herança semântica da base, mas sim às conceptualizações mediadas por comportamentos socioculturais que concebem o agente profissional como aquele que tenha remuneração que lhe garanta subsistência ou aquele que seja dotado de conhecimento específico para exercer tal atividade.

Isso, segundo Soledade (2017b), é dizer que o *corredor* amador/habitual se diferencia do *corredor* profissional, não pela frequência do exercício de *correr*, mas pelo conhecimento teórico-prático do qual o corredor profissional é dotado, o que lhe permite mais eficiência e técnica para que, ocasionalmente, possa ser remunerado e viver economicamente desse exercício, como acontece com os atletas de elite.

Com essa concepção, Soledade (2017b) sugere que a relação entre os agentes habituais e os agentes profissionais envolva sempre um padrão metonímico, seja de PARTE-TODO, seja de CONTINENTE-CONTEÚDO, como pode ser visto na Figura 8.

Figura 8 - Metonímia entre agentes habituais e profissionais.



Fonte: Soledade, 2017b, p. 20

Outra relação metonímica observada por Soledade (2017b), com base nos seus dados de construções *X-dor* no português arcaico, diz respeito às relações entre os significados de agente profissional e de agente experienciador, que, para a autora, fez-se imprescindível destacar, em função da sua expressividade. Sobre esse significado, a autora comenta que,

[...] embora sejam nitidamente distintos dos habituais, o mesmo não se dá em relação ao sentido profissional. Bases verbais de natureza semântica existencial também licenciam a criação de agentes que atuam profissionalmente em relação ao verbo, por exemplo, temos formações do tipo: *animador (de festa)* e *passeador (de cães)*, construídas sobre bases de verbos experienciais. Ao que tudo indica, novamente, percebemos que a atribuição do caráter profissional à agentividade depende de opções de categorização desencadeadas pela necessidade dos indivíduos inseridos em uma dada cultura, em dado momento sócio histórico. Representando simbolicamente essa relação, teríamos, outra vez, uma polissemia desencadeada pela metonímia (parte-todo/ conteúdo/continente) (SOLEDADE, 2017b, pp. 20-21).

Assim como apresentado na Figura 9, em que Soledade (2017b) sugeriu um padrão metonímico PARTE-TODO ou CONTINENTE-CONTEÚDO para explicitar a relação semântica entre os agentes habituais e os agentes profissionais, a Figura 9 trata da mesma forma as relações entre agentes experienciadores e profissionais.

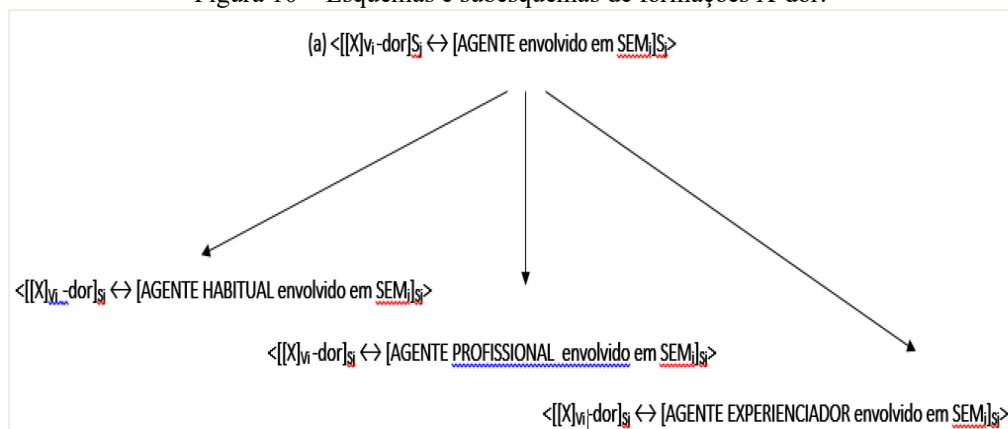
Figura 9 - Metonímia entre agentes experienciadores e profissionais.



Fonte: Soledade, 2017b, p. 21.

Diante da constatação dos padrões metonímicos nessas relações de sentido, Soledade (2017a; 2017b) retoma a formulação proposta por Booij (2010, 2014) e destaca que essa não admite a representação de relações semânticas entre subesquemas, o que fica claro na Figura 10.

Figura 10 - Esquemas e subesquemas de formações X-dor.



Fonte: Soledade, 2017b, p. 9.

No que toca às questões ligadas às propriedades semânticas, concorda-se com Soledade (2017a), na compreensão de que o modelo da MC ainda carece de melhores descrições nesse quesito, uma vez que se mostra ainda vinculado a moldes de representação do gerativismo lexicalista, sendo urgente esse desvencilhar, dada a necessidade de a LC, holística em sua proposição teórico-metodológica, avançar em direção de uma descrição mais complexa da morfologia e do léxico.

É preciso concordar também com Simões Neto e Soledade (2015), ao entenderem que a MC, de fato, tem oferecido soluções interessantes para uma abordagem semântico-cêntrica

para a estruturação do léxico, tendo como meio os esquemas construcionais. Entretanto, esse modelo

ainda não se mostra eficiente no tratamento de aspectos importantes, levantados nas análises aqui desenvolvidas, como flutuação categorial do constructo e, sobretudo, das mais variadas relações semânticas que demandam especificação, como as que se dão entre bases e palavras complexas, entre esquemas e palavras complexas, entre esquemas e subesquemas, entre subesquemas e subesquemas (SIMÕES NETO; SOLEDADE, 2015, p. 168).

6. Considerações finais

A abordagem diacrônica costuma ser uma *pedra no sapato* para as teorias linguísticas modernas que, via de regra, se voltam para a análise da língua em seu estado sincrônico, partindo da premissa de que a diacronia, por não ser acessada mentalmente pelos falantes, não deve ser o principal objeto de observação. Nesse sentido, não há substanciais diferença entre teorias morfológicas, como o estruturalismo de Bloomfield, as várias postulações dentro da hipótese lexicalista do gerativismo e a Morfologia Construcional, desenvolvida por Geert Booij, no âmbito da Linguística Cognitiva.

Sobre a Morfologia Construcional, objeto de discussão desse artigo, é preciso reconhecer que, embora a descrição morfológica proposta nesse enquadre teórico, ao privilegiar a semântica na organização do léxico, seja inovadora, ainda se encontra arraigada nos moldes gerativistas anteriores, herdando não só alguns conceitos das formulações de Jackendoff (1975) e Aronoff (1976), mas também lidando ainda com alguns fenômenos que geram problemas de descrição e que podem ser resolvidos, ou pelo menos atenuados, com adequações propostas ao modelo a partir de observações feitas pela abordagem diacrônica.

No artigo que aqui se apresentou, alguns desses problemas foram discutidos com base nas propriedades essenciais dos esquemas construcionais (BOOIJ, 2010; 2014). O primeiro foi o fenômeno da alomorfia, sobre o qual, salientou-se a necessidade de se modalizar a ideia de 'herança completa do corpo fônico' na MC, uma vez que há casos de alomorfia que parecem não demandar duplicação de esquemas no léxico, pois são razoavelmente relacionáveis, como é o caso das construções *X-airo* e *X-ário* no português arcaico.

As questões relacionadas às categorias lexicais do *input* e do *output* foram também discutidas nesse trabalho. Sobre o *input*, destacou-se o fato de a MC, por ser uma teoria voltada para o *output*, abre mão da Hipótese da Base Unitária, da Hipótese da Base Palavra e das Regras de Truncamento, vistas em Aronoff (1976). Logo, as palavras complexas cujo *input* não são

formas livres nas línguas deixam de ser um problema potencial para Booij (2010). Junto a isso, observou-se que, em muitos desses casos, essas bases podem ser recuperadas diacronicamente e se tornarem passíveis de análise. Em relação ao *output*, viu-se que a MC mantém a ideia do Produto Categorial Único. No entanto, assim como acontecia no modelo gerativista, isso gera um problema para as classes fronteiriças de substantivo e adjetivo no português. Por isso, sugeriu-se retomar a proposta de Basílio (1980, 1981) que trabalha com um *output* macrocategorial nesses casos, a fim de evitar duplicações no léxico.

Por fim, quanto à semântica no esquema, ressaltou-se a urgência de o modelo aprimorar as formulações dos esquemas, a fim de dar conta das relações semânticas que acontecem entre esquemas e subesquemas, esquemas e esquemas e subesquemas e subesquemas. Nesse sentido, seria necessário que a MC se conectasse mais contundentemente com outras formulações teóricas da LC, com o intuito de fomentar discussões sobre relações analógicas, metafóricas e metonímicas entre os significados.

Diante do que foi exposto, espera-se que a discussão aqui empreendida contribua com o aprimoramento desse modelo. Mais estudos são necessários.

Referências

- ARONOFF, M. **Word formation in generative grammar**. Cambridge: Mit Press, 1976.
- BASÍLIO, M. O papel da metonímia na morfologia lexical. In: **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 9, pp. 99-117, 2011.
- BASÍLIO, M. O fator semântico na fluidez substantivo/adjetivo em português. IN: HEYE, J. (Org.). **Flores verbais**. Rio de Janeiro: 34/Nova Fronteira, 1995, p. 177-192.
- BASÍLIO, M. Re-estudo de agentivos. **Comunicação apresentada no VI Encontro Nacional de Linguística**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1981.
- BASÍLIO, M. **Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BLANK, A. Polysemy in the lexicon and in discourse. Polysemy. In: NERLICH, B.; TODD, Z.; HERMAN, V.; CLARKE, D.D. (Eds). **Flexible patterns of meaning in mind and in language**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2003, pp. 267-296. <https://doi.org/10.1515/9783110895698.267>
- BOOIJ, G. Inheritance and motivation in Construction Morphology. In: GISBORNE, N.; HIPPISEY, A. (Eds). **Defaults in morphological theory**. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 1-29 [to appear]. Disponível em:

<https://geertbooij.files.wordpress.com/2014/02/booij-2015-inheritance-issues-in-construction-morphology-feb-2014.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

BOOIJ, G. **Construction Morphology**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BOTELHO, L. S. Uma abordagem sociocognitiva das construções agentivas em X-eiro. In: MIRANDA, N. S.; SALOMÃO, M. M. (Orgs). **Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 178-201.

CÂMARA JR., J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

CÂMARA JR., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

CASTILHO, A. de. Análise multissistêmica da sentença matriz. In: PAIVA, V. L. M. de O. e; NASCIMENTO, M. do. (Orgs.). **Sistemas adaptativos complexos**. São Paulo: Pontes, 2011, p. 35-60.

CASTILHO, A. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, C. C. C. da. **A parassíntese em português: as relações entre cultura, léxico e frequência na linguística cognitiva**. 2012. 234 f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ELSON, B.; PICKETT, V. **Introdução à Morfologia e à Sintaxe**. Tradução de Aryon Rodrigues e outros. Petrópolis: Vozes, 1973.

GOLDBERG, A. E. **Constructions: a construction grammar approach to argument structure**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GONÇALVES, C. A. V. **Morfologia Construcional: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2016.

GONÇALVES, C. A. V.; ALMEIDA, M. L. Morfologia Construcional: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias. **Alfa**. São Paulo, 58 (1), p. 165-193, 2014.

JACKENDOFF, R. **The architecture of the language faculty**. Cambridge Mass.: MIT Press, 1997.

JACKENDOFF, R. Morphological and semantic regularities in the lexicon. **Language**, vol. 51, n° 3, p. 639-671, 1975. <https://doi.org/10.2307/412891>

MARINHO, M. A. F. **Questões acerca das formações X-eiro do português do Brasil**. 2004. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras.

PERINI, M. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

PINKER, S. **Words and rules**. New York: Basic Books, 1999.

PLAG, I. Syntactic category information and the semantics of derivational morphological rules. **Folia Linguistica**, n 38, p. 193-225, 2004. <https://doi.org/10.1515/flin.2004.38.3-4.193>

RIO-TORTO, G. M. **Morfologia derivacional: Teoria e aplicação ao português**. Porto: Porto Editora, 1998.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 7 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SIMÕES NETO, N. A. **Um enfoque construcional sobre as formas X-eir-: da origem latina ao português arcaico**. 2016. 655 p. 2 tomos. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SIMÕES NETO, N. A.; SOLEDADE, J. Um enfoque da Morfologia Construcional sobre as formações X-ário no português arcaico. **Pontos de interrogação**, v. 4, n. 2, p. 143-171, 2015.

SOLEDADE, J. Por uma abordagem cognitiva da morfologia: revisando a morfologia construcional. In: DOMINGUES ALMEIDA, A. A.; SANTANA DOS SANTOS, E. **Livro do I CISCOG – Congresso Ibero-americano de Semântica Cognitiva**. 2017a. [no prelo], p. 1-31.

SOLEDADE, J. De pecadores a sabedores: agentes de -dor no Livro das Aves. In: DOMINGUES ALMEIDA, A. A.; LOPES, M. dos S. **Livro em homenagem aos 50 anos da edição do Livro das Aves**. 2017b. [no prelo], p. 1-25.

SOLEDADE, J. Experimentando esquemas: um olhar sobre a polissemia das formações [[X – EIR]_N] no português arcaico. **Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários** do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, número especial, p. 83-111, 2013.

SOLEDADE, J. **Semântica morfolexical: contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico**. 2005. 575 f. 2 tomos. Tese de Doutorado em Letras, área de Linguística Histórica. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

VALENZUELA, J.; IBARRETXE-ANTUÑANO, I.; HILFERTY, J. La Semántica Cognitiva. In: IBARRETXE-ANTUÑANO, I.; VALENZUELA, J. (Eds). **Linguística Cognitiva**. Barcelona: Anthropos, 2012, p.34-60.

Artigo recebido em: 11.12.2016

Artigo aprovado em: 26.01.2017